

Atos contra juros altos ocorreram em todo o Brasil



Atos dos trabalhadores contra as altas taxas de juros da economia brasileira aconteceram em todo o país, nesta terça-feira (20), dia em que foi realizada a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) para definir a taxa básica de juros, a Selic. O índice foi mantido em 13,75% ao ano, o que leva o Brasil a ter o juro real mais elevado em todo o mundo. As manifestações, que fazem parte da Jornada de Lutas contra os Juros Altos, ocorreram em frente às sedes do BC e locais de grande circulação. O objetivo era pressionar Roberto Campos Neto, presidente da autoridade monetária, a parar de boicotar o Brasil e reduzir a taxa de juros que, nos patamares atuais, tem travado a economia. Os protestos foram organizados pela CUT e outras centrais sindicais. Também estiveram mobilizadas entidades sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), e movimentos sociais. Para a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, que participou dos protestos em São Paulo, “os sindicatos têm o papel de defender o emprego, para que o trabalhador tenha emprego de qualidade”. Como explica a dirigente, “a taxa de juros, que é definida pelo BC, tem o poder de gerar emprego ou de causar desemprego. Quando está muito alta, como agora, ela impede a geração de emprego. Porque, com a taxa tão alta, as pessoas não conseguem comprar, não conseguem financiar uma casa, porque vão pagar duas. Elas não vão financiar um carro, porque metade do preço vai ser de juros”.

Nota da CUT sobre a manutenção da taxa de juros

[Clique aqui](#)

Começa negociação sobre promoção por mérito na Caixa



O Grupo de Trabalho de Promoção por Mérito da Caixa Econômica Federal realizou, nesta terça-feira (20), a primeira reunião para definição dos critérios para pagamento dos deltas do ano de 2023-2024 às empregadas e empregados do banco. Os critérios são debatidos todos os anos pelo GT formado por representantes do banco e dos trabalhadores. A próxima reunião está pré-agendada para ocorrer no dia 27 de julho, devendo ser confirmada posteriormente. “Ao con-

trário dos anos anteriores, quando as negociações começaram no último trimestre, neste ano já iniciamos as conversas para a construção da proposta de promoção por mérito e para o pagamento dos deltas às empregadas e empregados do banco”, lembrou o coordenador do GT, pela parte dos trabalhadores, João Paulo Pierozan. Em 2021, ficou definido que o banco distribuiria um delta para todos os empregados elegíveis e um segundo delta para os empregados que atingissem a avaliação “excepcional” no programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP). No ano passado, alegando problemas de orçamento, a Caixa distribuiu apenas um delta linearmente e não distribuiu o segundo delta. A representação dos trabalhadores e do banco vão pensar em parâmetros a serem considerados na definição de uma nova sistemática de promoção por mérito e os critérios para o recebimento do delta, para que os mesmos sejam debatidos na próxima reunião.

BB: funcionários exigem celeridade na resolução dos problemas nas PSOs



A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e representantes da direção do BB se reuniram na tarde dessa quarta-feira (21) para mais uma rodada da mesa permanente de negociações, desta vez, sobre os trabalhadores que atuam no sistema de Plataforma de Suporte Operacional (PSO), setor que agrega os caixas e a área de tesouraria das agências. “São diversas as demandas das funcionárias e funcionários das PSOs, como o pedido para que o banco mantenha a gratificação aos escriturários que a recebem para trabalhar como caixa”, destacou a coordenadora da CEBB, Fernanda Lopes. O movimento sindical exigiu também a contratação de funcionários para acabar com a sobrecarga de serviços, que incluem atendimento de processos DJO (pagamento do alvará judicial). A necessidade de um plano de carreira para os trabalhadores das PSOs também foi destaque na negociação. Os representantes dos trabalhadores também criticaram o fato de muitos funcionários terem que usar o celular particular para conseguir atender as demandas dos serviços. O banco respondeu que dará retorno sobre as questões apresentadas na primeira semana de julho. Os representantes dos trabalhadores na CEBB pediram celeridade: “A situação dos caixas das PSOs, inclusive, abre a possibilidade para o assédio moral, porque são trabalhadores sobrecarregados e submetidos a metas elevadas para dar conta da diversidade de serviços que acabaram acumulando”, ressaltou Fernanda Lopes.

Datas das próximas reuniões temáticas de negociação:

- 12/07** – Centrais de Relacionamento do Banco do Brasil (CRBB);
- 20/07** – Promoção da Diversidade/Igualdade de Oportunidade;
- 11/09** – Plano de Cargos e Salários e Programa Performa;
- 28/09** – Caixa de Assistência dos funcionários do Banco do Brasil (Cassi).

CUT-PR e sindicatos pressionam Governo Federal para que **barre privatização da Copel**



Na tarde do dia 14/06, o presidente da CUT Paraná, Marcio Mauri Kieller Gonçalves, ao lado de outras lideranças sindicais do Paraná, participou de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Marcio Macedo e outros representantes do poder executivo federal. Na pauta a tentativa de barrar a privatização da Copel. Além da CUT Paraná também participaram da reunião dirigentes sindicais da FETEC-CUT/PR, Sindicato dos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região, Força Sindical e outros movimentos sociais que formam o comitê em defesa da COPEL. Como parte da estratégia na defesa da Copel como empresa pública e que presta serviços ao povo paranaense, uma série de audiências públicas estão sendo realizadas em todo o Paraná. A última foi na Câmara Municipal de Londrina, no dia 17/06.



França conclui reestatização de sua maior empresa de energia

[Clique aqui](#)

Trabalho livre de violência e assédio: Câmara discute ratificação da Convenção 190 da OIT



A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara dos Deputados, realizou no dia 15/06 um debate com movimentos sociais sobre a ratificação da Convenção 190 (C190), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), considerada o primeiro tratado mundial que reconhece o direito de as pessoas serem livres da violência e assédio no ambiente laboral, independentemente de categoria e status contratuais, cobrindo tanto o setor público quanto o privado, aprendizes e estagiários, nos locais físico ou virtual, rural ou urbano. A audiência pública ocorreu por requerimento da deputada Juliana Cardoso (PT-SP). A C190 é adotada pela OIT desde 2019. Atualmente 30 dos 187 estados-membros da entidade ratificaram o documento, e o Brasil não está entre eles. Em 8 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Congresso o pedido para que o país ratifique a convenção, onde passou a tramitar igual a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Hoje, a C190 aguarda apreciação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. O que é a Convenção 190 da OIT? A OIT adotou a Convenção 190 sobre violência e assédio no mundo do trabalho em junho de 2019 para ajudar os trabalhadores a prevenir e eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho. A C190 é um instrumento legal acordado pelos governos, empregadores e trabalhadores. Quando um país ratifica uma convenção (a adota como parte da sua lei nacional) a mesma torna-se juridicamente vinculada (obrigatória). Um dos representantes da Fetec-PR na Audiência foi Elias Soares, diretor de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região.

Coletivo de Formação da Contraf-CUT debate sobre política de preços de combustíveis



O Coletivo de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), composto pelos secretários de Formação das federações e sindicatos do ramo financeiro e coordenado pelo secretário de Formação da Contraf-CUT, se reuniu, no dia 14/06, para dar continuidade às atividades de organização da rede nacional de formadores bancários. O grupo reservou parte do tempo da reunião para debater sobre a política nacional de preços de combustíveis. O economista Cloviomar Cararine Pereira, da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Federação Única dos Petroleiros (FUP), foi convidado para contribuir com o debate. Além do debate sobre eixo conjuntural dos preços dos combustíveis e soberania energética, a reunião tratou sobre a organização de uma rede nacional de formadores; do calendário de cursos de formação sindical; da criação de cadernos/cartilhas de formação; da realização do encontro nacional e do Plano Nacional de Formação; além da constituição de coletivos regionais e locais e de grupos de estudos sindicais. Os sindicatos do Pactu foram representados por Leonice Casarin de Mattos Silva, de Campo Mourão, e Paulo Claviço, de Umuarama.

Deputados discutem situação de PCDs e neurodivergentes na Caixa e BB



A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados realizou, no dia 13/06, uma audiência pública sobre gestão de pessoas com deficiência e neurodivergentes da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. O objetivo foi discutir as condições de trabalho desses profissionais nas instituições financeiras. O secretário de saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Mauro Salles, abriu a discussão. Em sua fala, ele observou que os bancos tratam os trabalhadores neurodivergentes ou com deficiência somente como adequação à lei e não como uma política de gestão inclusiva. A deputada Erika Kokay (PT/DF), autora do requerimento para a realização da audiência, informou que vai conversar com as empresas. "Tivemos várias propostas apresentadas. A nossa ideia é marcar reuniões com as presidências da Caixa e do Banco do Brasil para apresentar essas sugestões e criar uma política de combate ao assédio, além de discutir outras pautas apresentadas pelos sindicatos", destacou. Uma delas se refere à inclusão de terapias e reembolso de medicamentos para os planos de saúde de autogestão dos bancos.